

***O verde como questão política:
a construção do discurso ambiental
da revista Veja sobre a Amazônia***

Lilian Reichert COELHO
(Universidade Federal da Bahia)

Larissa Ribeiro JULIÃO
(Faculdade Social da Bahia)

Resumo: O presente artigo analisa a construção do discurso ambiental da revista semanal *Veja*, tendo como recorte o tema Amazônia. O levantamento indicou que, entre os anos de 1969 e 2008, dez textos jornalísticos trouxeram a Amazônia como pauta de discussão. A partir da análise dos referidos, das fotografias e das chamadas de capa sobre o tema, acreditamos ser possível delinear o discurso de *Veja*. A fim de realizar o objetivo proposto, discorreremos sobre informações gerais de questões que envolvem a Amazônia, o jornalismo ambiental, além de aplicarmos noções da Análise do Discurso francesa ao conjunto de textos selecionados.

Palavras-chave: Amazônia; discurso; jornalismo.

Abstract: In the present text we analyze the environmental discursive construction by *Veja* magazine taking Amazon forest as theme. The research indicated that, between 1969 and 2008 ten journalistic texts raised Amazon up into discussion. From the analysis of the texts, the photographs and the cover's titles, we believe in the possibility of observing *Veja's* discourse about the theme. To achieve our goal, we present a contextualization on the contemporary questions on Amazon forest; the environmental journalism and a reading of the chosen texts through the perspective of French Discourse Analysis.

Keywords: Amazon forest; discourse, journalism.

Introdução

A discussão sobre o meio ambiente é uma tendência amplamente difundida pelos veículos de comunicação e na sociedade.

Esta última organiza-se e manifesta ações com o objetivo de buscar soluções em nível planetário para os problemas ambientais que afligem e impactam diretamente a vida da humanidade. Tais reflexões e atividades são válidas porque auxiliam na discussão quanto à necessidade de uma nova mentalidade ecológica, além de estimular a aplicação de políticas ambientais mais eficazes em defesa da natureza e, portanto, em benefício da humanidade.

A fim de verificar como um veículo de comunicação nacional apresentou o tema sobre meio ambiente, escolhemos a revista *Veja* para a análise por ser um dos periódicos jornalísticos mais vendidos e lidos no país. Apesar de não ser especializada em meio ambiente, a revista publica com frequência reportagens referentes a esse tema. O objetivo da pesquisa, portanto, visa a examinar como uma revista de generalidades constrói o discurso ambiental para os seus leitores tendo como recorte a Amazônia.

A escolha pela Amazônia deveu-se ao fascínio que ela exerce no imaginário mundial. O recorte também foi necessário como forma de delimitar o extenso universo que abrange o conteúdo ecológico abordado pela revista. A Amazônia sempre preocupou a comunidade ambiental pelos índices de destruição e, não diferente, também sensibiliza a sociedade em geral, pelo fato de abrigar a maior biodiversidade natural do planeta. Sua preservação está, freqüentemente, associada ao equilíbrio e bem-estar mundial.

O processo de agressão aos recursos naturais da Amazônia acentuou-se após o golpe militar de 1964. Entre os anos de 1972 e 1974, a política vigente propôs um modelo de desenvolvimento econômico para a Região que incluiu a implantação de empresas e a promoção do seu povoamento (O DESENVOLVIMENTO...). Uma das primeiras manifestações desse processo foi a introdução de fazendas para a criação de gado. A pecuária da região desenvolveu-se após a especulação e venda de áreas antes destinadas à produção de borracha. O número de cabeças de gado praticamente dobrou entre os anos de 1995 e 2005 na Amazônia, passando de 37 milhões cabeças para 60 milhões (COUTINHO, 2005, p. 58). Com a expansão de áreas destinadas às pastagens, o desmatamento da Floresta tornou-se mais evidente e freqüentemente é tema de debate entre governo, sociedade de proteção ambiental e empresários do setor.

A riqueza do subsolo Amazônico também é geradora de impactos ambientais e sociais na Região. A exploração e o comércio das terras por mineradoras e garimpeiros provocam a contaminação dos rios e do solo por resíduos tóxicos como bário e arsênio. Como conseqüências desses atos, têm-se a extinção de ecossistemas e as manifestações de algumas doenças que provocam mortes na população amazônica. (CASARA, 2003, p. 5-9).

Ao lado de atividades como a pecuária e a mineração, a exploração de madeira é outra ação que culmina com a destruição de vastas áreas florestais. Coutinho (2005, p. 58) denuncia que metade das empresas madeireiras que atuam na Amazônia funciona na ilegalidade e avançam diariamente rumo ao interior da mata. Lentini (2005, p. 1) revela dados sobre o setor madeireiro na Região Amazônica: no ano de 2004 foram extraídos 24,5 milhões de metros cúbicos de madeira, o que totalizou a derrubada de 6,2 milhões de árvores.

O conflito fundiário também marca as questões que envolvem a Região. Na década de 90, nos limites da Amazônia paraense, aconteceram 264 assassinatos que tiveram como causa a luta pela posse da terra (COUTINHO, 2005, p. 54). Sant'Anna e Young ([s.d.], p. 3-4) apontam que os conflitos acontecem, em geral, entre empresas agrícolas e fazendeiros individuais e também posseiros e “grileiros”. Os pequenos produtores, posseiros e índios são impelidos para áreas menos férteis ou até expulsos de suas terras pelos “grileiros”, agentes que falsificam os documentos. Assim, com dados adulterados, vendem as posses para empresas agrícolas e latifundiários da Região.

A rica biodiversidade da Amazônia é objeto de cobiça internacional. Estima-se que a Floresta brasileira abrigue um terço de todas as espécies vivas do planeta: em apenas um hectare de mata podem existir até 300 diferentes espécies de árvores (CASARA, 2003, p. 9). Estrangeiros infiltram-se na Floresta para contrabandear parte dos recursos genéticos amparados pela falha legislação brasileira sobre troca e comercialização desses materiais. A extensa fronteira terrestre da Amazônia também é um fator que prejudica a fiscalização no local (HOMMA, 1997, p. 7).

A ameaça de intervenção estrangeira na Amazônia foi propagada algumas vezes e causou repulsa entre os brasileiros. Os países desenvolvidos, liderados pelos Estados Unidos, defendem que o governo brasileiro não está apto para proteger o vasto território

florestal que abriga a maior biodiversidade do mundo. Para tanto, disseminam propostas com princípios humanitários para justificar a internacionalização. Outro aspecto apontado para a intervenção estrangeira está na questão de segurança internacional, já que a Região serve de rota ao tráfico de drogas e é abrigo para grupos guerrilheiros de países vizinhos (FIGUEIREDO, [s.d.]). O Brasil, em contrapartida, considera que a preocupação esconde outros interesses como, por exemplo, o intuito de outros países se apossarem das riquezas do local: minerais, petróleo, gás natural e o recurso hídrico em potencial da Região: 20 % de toda água doce do planeta.

O governo brasileiro, por sua vez, anuncia programas em defesa da Amazônia, cujo objetivo é implementar políticas que ofereçam menores impactos ambientais, além de estimular alternativas econômicas para a comunidade local, assegurando o desenvolvimento sustentável. Programas como o *Agendas Positivas*, iniciado em 1999, auxiliam na disseminação dessa proposta (SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DA AMAZÔNIA). A urbanização, conseqüência de projetos como esse, culminaria com o aumento da densidade populacional e, conseqüentemente, no desmatamento provocado por queimadas em áreas florestais. Isso traria prejuízos ao Brasil pela diminuição da cota de carbono, por exemplo, estratégia desenvolvida como moeda de troca entre os países para barrar a emissão de gases poluentes que provocam o aquecimento global (COSTA, 2001).

Como se percebe, são muito delicadas as questões que envolvem a Amazônia. Preza-se pelo discurso em favor da manutenção de um modelo de proteção ambiental, com críticas às incursões que promovam o desenvolvimento desequilibrado na Região. Ao mesmo tempo, também se clama pela necessidade de reverter a imagem que o próprio Brasil tem sobre a Amazônia. Esse fosso imaginário é destacado no editorial da Amazônia Vinte e Um *Até quando vão nos ignorar?*, que decorre da noção de que uma parcela significativa dos brasileiros acredita que a Amazônia é um “grande espaço vazio, depósito de recursos naturais inesgotáveis, *habitat* exclusivo de populações indígenas e última fronteira do campesinato nacional”, o que denota o caráter marginalizado da Região.

1. Analisando o Discurso de Veja

Foram encontradas, na revista *Veja*, entre os anos de 1969 e 2008, dez reportagens de capa sobre a Amazônia. O estudo sobre a construção do discurso ambiental aqui apresentado fundamenta-se nas fotografias de capa, nas titulações desses textos (chamada de capa, título da matéria e linha de apoio) e na busca pela identificação da voz dominante nos enunciados. A fim de perceber o posicionamento discursivo da Revista *Veja* e dada a extensão do estudo realizado, concentramo-nos na exposição de seis do total de dez reportagens e grande-reportagens que compreendem o *corpus* total da pesquisa.

A primeira reportagem publicada por *Veja* sobre a Amazônia data de 14 de outubro de 1970 e trouxe como chamada de capa “*A Década da Amazônia*” e faz uma alusão à iniciativa do governo militar vigente em levar o progresso à Região Norte. A fotografia mostra um homem que guia uma máquina frente à floresta, o que conduz o enunciatório a duas perspectivas interpretativas interagentes: a de que o progresso pode trazer desenvolvimento, mas também destruição das florestas.

Como é sabido, vivia-se o início da ditadura militar e um dos planos econômicos do governo visava à integração mais efetiva da Região Norte ao restante do Brasil. A revista apresenta a Amazônia como uma espécie de metonímia de toda a Região Norte. Diversos recursos discursivos são empregados a fim de causar o efeito de sentido apregoado pelo enunciador durante todo o enunciado, qual seja: o de angústia e ressentimento quanto às investidas governamentais e de multinacionais para o desenvolvimento da região. De acordo com esse enunciador, o progresso viria acompanhado da destruição da maior reserva natural do mundo.

A região, marginalizada e ao mesmo tempo com grande potencial econômico, foi uma alternativa encontrada pelo governo vigente para expandir a economia brasileira. A figura de um homem, na fotografia, conduzindo uma máquina floresta adentro, deixa subentendida essa relação. A defesa da construção das estradas, no discurso oficial, o do governo, seria uma forma de integrar e levar o progresso para a região.

A chamada faz uma comparação, ainda que não explícita, mas visível no corpo da matéria, a um processo similar de

desenvolvimento direcionado para a região Nordeste na década anterior (1960): “A década de 70 pode ser da Sudan como a de 60 foi para a Sudene” (p. 58).

O título da matéria “*A última fronteira*” parece apontar para a perspectiva oficial, pois considera a região amazônica o último recinto a ser colonizado no Brasil. A linha de apoio “*Amazônia: do mito à descrença e esperança*”, contudo, é que explicita, de fato, como o enunciador vai orientar todo o discurso. Ele é construído assinalando duas probabilidades (progresso/destruição) para esse acontecimento o que representa uma relação antitética.

Além de apontar argumentativamente as possibilidades, o enunciador emprega um tom profético, que perpassa todo o texto. O efeito de sentido pretendido ao expor a argumentação na forma tese-antítese é garantir a objetividade, critério básico do discurso jornalístico. Entretanto, a orientação do discurso da revista é clara, como apresentamos adiante. A antítese está presente em grande parte da matéria e revela a dualidade de sentimentos e argumentos do enunciador diante das incursões do governo para o desenvolvimento da Amazônia.

Com relação às escolhas lexicais, observa-se que a palavra mito aparece seis vezes na reportagem, inclusive na linha de apoio, em que o enunciador tenta desmitificar a visão que o sulista (enunciário previsto pela revista) tem sobre o povo e a região amazônica. Para o público da revista, a população amazônica tem ao alcance todos os recursos essenciais para a sobrevivência: vales férteis, alimento à vontade. Ao enfatizar essa construção imaginária estereotipada, o enunciador valoriza o seu ponto de vista. Tal mecanismo é conhecido como dialogismo por refutação. O enunciador, porém, atestou outra visão, segundo a qual o povo e a região são acometidos por sérios problemas sociais. Isso é apresentado no texto como uma espécie de revelação para o enunciário, desconstruindo a leitura romântica do enunciário, tal como assumida pela Revista.

O enunciador utiliza-se do movimento dialógico de engajamento para que o leitor se transporte e vivencie a experiência de rompimento da imagem ingênua que tem sobre a região amazônica. Escrito na primeira pessoa do singular (*observo, minha inquietação, eu subira*) e grafado em itálico, o *box* (p. 57) e o abre da matéria (p. 54) lembram um diário de viagem, nos quais se percebe uma riqueza descritiva que remonta ao jornalismo literário. O efeito de sentido pretendido pelo

enunciador ao utilizar a primeira pessoa é conferir credibilidade ao seu discurso. Isso, entretanto, contraria posições correntes do discurso jornalístico presas à debatida questão da objetividade, que rejeita, em geral, o uso da primeira pessoa do singular, embora não seja proibido seu uso na reportagem e, evidentemente, nos textos opinativos. No texto analisado, o uso confere credibilidade porque demonstra que não foi dito por outrem, o repórter de fato presenciou a situação.

Pode-se perceber que o ponto de vista do enunciador delinea-se claramente em oposição ao governo. Outras características também permitem essa compreensão como, por exemplo, a forte carga opinativa que marca a reportagem, além da utilização da ironia, empregada para desqualificar as ações do governo na Amazônia.

Quanto ao discurso ambiental, percebe-se que o enunciador começa a delinear um posicionamento possível da revista em relação à questão: a preocupação com relação aos recursos naturais da região. Verifica-se que o enunciador enfatiza veementemente a permissividade e a conivência do governo em relação à destruição da floresta. A tendência exploratória e imediatista do poder federal sobressai explicitamente no enunciado.

O texto visual tem alta relevância nessa reportagem. Como já expressado, a fotografia de capa sintetiza todo o conteúdo do texto e caracteriza-se como um indício para apontar a voz dominante do discurso. Verifica-se, portanto, que a voz dominante do discurso critica a forma de desenvolvimento conduzida pelas instâncias oficiais na região. Ressalta ainda que o progresso pode trazer conseqüências graves ao meio ambiente como o desmatamento da floresta Amazônica.

A segunda reportagem também foi veiculada na década de 70, em 11 de agosto de 1971. Traz como chamada de capa "*A Amazônia à espera dos conquistadores*" e título da matéria "*Amazônia no dia da Criação*". A reportagem não apresenta linha de apoio, mas uma epígrafe em que consta: "A vida de um homem não lhe seria suficiente para que tivesse a idéia exata de um quilômetro quadrado da selva amazônica" - Jacques Huber .

A reportagem apresenta para o enunciatário uma Amazônia desconhecida e ignorada pelas instâncias oficiais, algo similar ao que foi explicitado sobre a reportagem anterior. O enunciador procura desvincular a imagem que o enunciatário já tem da região, qual seja, a de um lugar em que há apenas exuberância natural. O enunciado é

construído ressaltando os problemas que a região apresenta: berço de inúmeras doenças típicas (febre negra, lepra, malária, varíola, sarampo, tuberculose, verminose) e também de doenças sociais (a miséria, a pobreza, privações alimentares). Não à toa, palavras e expressões relacionadas às doenças são freqüentes no enunciado, o que demonstra um posicionamento “preventivo” da instância enunciativa, que enfatiza os riscos de se viver na Amazônia.

A fotografia de capa e a chamada não fazem referência explícita ao conteúdo da reportagem. Esta última funciona como um alerta aos futuros conquistadores da região, já que ressalta, a todo o momento, a miséria e as doenças que acometem o lugar. Na fotografia de capa é ressaltada apenas a beleza amazônica. A imagem, por sua vez, remete à epígrafe da matéria, ao expressar a imensidão da região. O ângulo da fotografia reforça esse atributo, uma visão panorâmica que a torna ainda mais vasta, como algo infinito. Algumas escolhas lexicais hiperbólicas permitem ao enunciatário fazer referência à fotografia de capa: *maior floresta, maior bacia, mundo gigantesco, grandiosidade da terra, imenso vazio*.

A chamada de capa pode ser entendida pela ocasião histórica, a mesma já relatada na reportagem anterior. Como é sabido, à época, o discurso oficial promovia, visando retorno econômico, a instalação de indústrias, a expansão agropecuária e o aumento populacional do território norte. A chamada de capa faz referência a essa situação, o que soa como um convite para o enunciatário desbravar a Amazônia.

Com relação ao título da matéria, o que se pode imaginar é que o enunciatário coloca aos futuros conquistadores a incumbência de criar, de fazer a Amazônia, já que ela é vista como um imenso vazio. Faz-se, de certa forma, uma alusão divina, em especial quando se observa a palavra *Criação* escrita em maiúsculas. O trecho bíblico que encerra a reportagem confirma esse pressuposto assinalado pelo enunciatário.

O governo brasileiro, financiador dos bilionários projetos de expansão, é apresentado como destruidor da floresta. Pressuposto novamente constatado, já que a primeira reportagem também deposita a mesma responsabilidade nos dirigentes políticos.

Verifica-se que o enunciatário, além de mostrar a marginalização da região Norte em relação à Sudeste, também propõe alternativas que podem ser aplicadas à Amazônia, a fim de torná-la

um lugar sanitária e socialmente habitável. A presença de alguns indicadores modais (*Para finalmente, é necessário*) permite ao enunciador expor sua opinião e induzir o enunciatário a concordar com ele e a aceitar seu ponto de vista. O mecanismo mais utilizado para conseguir esse efeito é o dialogismo por interpelação.

O que se pôde verificar é que o enunciador apóia-se em três pilares para a construção do enunciado: 1. um caráter preventivo (alerta aos futuros colonizadores sobre os perigos de doenças da região); 2. um viés de denúncia (crítica ao governo pelo abandono e descaso) e 3. uma perspectiva educativa (ele propõe caminhos a serem tomados para tornar a Amazônia um lugar habitável). Diante disso, depreende-se que a voz dominante aponta a região amazônica como um lugar habitável desde que as instâncias oficiais conscientizem-se da necessidade de promover ações que auxiliem na reparação do quadro de abandono, sobretudo no que se relaciona à saúde física e social dos moradores e dos futuros “conquistadores”.

Reportagem importante sobre o tema para a presente análise é publicada por *Veja* em 05 de julho de 1989 e apresenta como chamada de capa “*Amazônia: onde está a verdade*”. A revista traz como Edição Especial cinco matérias que, em parte, tentam elucidar estigmas que envolvem a Amazônia para, assim, desfazer alguns mitos que cercam o imaginário sobre a região. Trata-se, pois, de uma grande reportagem de cunho explicativo. A chamada de capa antecipa o posicionamento didático, pois o enunciador apóia a construção das reportagens de forma a explicar o que de fato pode ser entendido como verdade (na visão dele e sustentado por suas fontes) sobre o universo amazônico (*Onde está a verdade*). O enunciado, portanto, contradiz alguns fatos do senso comum e, em outro extremo, há a comprovação quanto a outros já extremamente culturalizados.

Julgamos necessário realizar uma contextualização histórica do período em que foi publicada essa grande reportagem. Como pode ser verificado pela data (julho de 1989), o Brasil vivia um momento delicado na política interna. Depois de um extenso período de ditadura militar, a sociedade brasileira lutou para ter sua primeira eleição direta, que ocorreu em outubro de 1989, com a vitória de Fernando Collor de Melo. Esse momento representava, para os brasileiros, possibilidades de mudanças não apenas no campo político, mas também a esperança num país mais diplomático e livre das amarras e da censura do período militar.

A tentativa da revista de mostrar a verdade sobre a Amazônia expressa desprendimento em relação ao governo anterior e, por outro lado, aponta o momento como estratégico para o governo que estava por vir. A eleição do primeiro presidente através do voto popular gerava uma sensação de expectativa e confiança, além da necessidade de “escancarar” a realidade dos fatos acobertada em épocas passadas.

No que se refere ao discurso ambiental nas reportagens, o enunciador põe-se como aliado e condena as práticas aplicadas sobre a Amazônia em décadas passadas. A destruição da floresta em decorrência do processo de povoamento conduzido pelas instâncias militares na região denota essa perspectiva. Desmistifica, portanto, a imagem perpetrada pelos militares sobre a Amazônia: a terra de riqueza fácil, abundante, um “paraíso” com fontes naturais inesgotáveis que, por muito tempo, à custa da devastação ambiental, foi a propulsora da economia brasileira.

A sexta reportagem é de 08 de novembro de 1995 e apresenta chamada de capa *“Ataque à Floresta. As queimadas voltam com força total e as madeiras se instalam no coração da Amazônia”*, título da matéria *“Inferno na fronteira verde”* e linha de apoio *“Em declínio desde 1991, as queimadas voltam a crescer na Amazônia e recolocam o Brasil no papel de vilão da ecologia”*.

O critério de atualidade utilizado para a construção da reportagem foi o crescimento das queimadas no Brasil. A chamada de capa tem forte apelo emocional por atribuir um coração à selva. Pode-se afirmar que o efeito de sentido privilegiado é sensibilizar o enunciatário, empregando-se, para isso, o recurso discursivo da personificação da Floresta. Além disso, o emprego de palavras que remetem ao universo bélico auxilia no processo de sensibilização: “ataque”, “instalar-se”, “fronteira” e “vilão”.

A fotografia de capa resume-se a uma função descritiva da chamada verbal. Expõe um *cemitério de árvores retorcidas e crestadas pelas queimadas* (p. 92), tendo relação estreita com todo o conteúdo do enunciado. O título da matéria caracteriza como “inferno” a situação da floresta (em decorrência das queimadas), e a linha de apoio está em estreita consonância em relação à construção do enunciado, já que cita uma “volta” do crescimento das queimadas no Brasil. Todo o enunciado apóia-se na divulgação de denúncias

Ao escrever, no conteúdo da matéria, por exemplo, que *o Brasil é o culpado pelos atos de destruição da Floresta*, o enunciador

realiza três movimentos: 1. *personifica* o país; 2. *generaliza*, como se todos os brasileiros estivessem familiarizados com a situação; 3. *metonimiza*, pois o Brasil também quer dizer vários governos anteriores, além do atual. Além disso, ao enunciar “*deixar a Amazônia abandonada à própria sorte*”, confere uma dramaticidade melodramática, como se a floresta também fosse uma pessoa que sofre.

A voz dominante no enunciado critica o sistema político ambiental brasileiro, considerado burocrático, moroso e conivente com a destruição da Floresta. Recrimina também o mercado internacional por comprar a madeira amazônica e estimular a degradação dos recursos naturais do país. Valida, por sua vez, a voz das instâncias ambientais que atuam na defesa da Floresta.

A oitava reportagem data de 7 de abril de 1999, chamada de capa “*O Massacre da moto-serra. Quem são os dez maiores desmatadores da Amazônia*”, título da matéria “*Carrascos da Mata*” e linha de apoio “*O Ibama identifica os dez maiores desmatadores da Amazônia, líderes de um processo que, em trinta anos, devastou na região uma área de floresta equivalente à da França*”.

A reportagem apresenta um *ranking*, criado pelo Ibama, que aponta os dez maiores devastadores da Amazônia. A lista foi montada com base num novo aparato tecnológico de fiscalização, o rastreamento por satélite, disponibilizado ao Ibama para identificar e punir os agressores da floresta. Os denominados *carrascos* pelo enunciador são, em sua maioria, fazendeiros pecuaristas e madeireiros da região. A partir dessa perspectiva, pode-se verificar que o enunciado configura-se como uma reportagem-denúncia.

A chamada de capa busca sensibilizar e despertar, no enunciatário, a crueza vivida pela Floresta Amazônica. As palavras *massacre* e *motosserra* confirmam tal perspectiva. No transcorrer do enunciado, outras palavras e expressões somam-se para compor a atmosfera de truculência criada pelo enunciador para caracterizar a destruição da floresta: *carrascos*, *bote mortal*, *golpe final* são algumas delas.

A fotografia de capa, ao mesmo tempo em que sensibiliza, causa repulsa. A ilustração de um Brasil devastado, feito de madeira e sendo cortado por uma motosserra, funciona como efeito de sentido de indignação e é um indicativo da posição assumida pelo enunciador. Aliado à chamada verbal da capa e ao título da matéria verifica-se, portanto, que o enunciador direciona a reportagem apontando os

culpados pela destruição. O enunciado é caracterizado por forte e explícito conteúdo opinativo. Esse mecanismo pode ser percebido porque o gênero está inserido em grande parte da reportagem, o que o distancia da desejada (embora sabidamente impossível) “objetividade jornalística”.

Verifica-se que o enunciador não restringe seu discurso apenas em reportar as denúncias de desrespeito à Floresta. Ele assume uma posição de conselheiro, ao sugerir alternativas para diminuir os impactos ambientais, propondo caminhos que podem ser trilhados pelo governo como forma de barrar a destruição da floresta.

A presença de indicadores modais (como *é preciso*) permite que o enunciatário seja induzido a compartilhar do mesmo ponto de vista assumido pelo enunciador. O mecanismo mais utilizado para conseguir esse efeito é o dialogismo por interpelação. O enunciatário, portanto, deve ser convencido da necessidade de novas alternativas para a Amazônia a fim de barrar os avanços das pastagens e promover o desenvolvimento sustentável.

A voz dominante do enunciado age denunciando nominalmente os dez maiores fazendeiros e madeireiros responsáveis pela destruição. Acusa-os, juntamente com políticos, de manipularem a opinião pública local como forma de legitimar suas ações destrutivas sobre o meio ambiente. Por sua vez, valoriza os novos métodos de fiscalização do Ibama, considerados importantes para identificar os agressores da Floresta. Valida, portanto, o discurso de proteção ambiental.

A última reportagem analisada é também a última capa de *Veja* sobre o tema, datada de 8 de junho de 2005. Traz como chamada de capa “CORRUPÇÃO. AMAZÔNIA À VENDA. *Petistas presos aceitavam propina de madeireiras que devastavam a floresta*”.

A revista apresenta, na referida edição, cinco reportagens com temas ligados à corrupção no Brasil. Dessas, duas são de interesses para esta análise, pois associam a Floresta Amazônica aos casos de corrupção. As demais não se referem à Amazônia e tratam da corrupção em outras esferas. A primeira delas tem como título *Ratos e, agora, cupins* e linha de apoio “*ao desbaratar uma quadrilha que lucrava com a devastação da Floresta Amazônica em Mato Grosso, a Polícia Federal esbarra num petista. Em 2004, ele foi encarregado de arrecadar fundos para a campanha do PT à prefeitura de Cuiabá*”.

O enunciador, ao associar o desmatamento da Floresta aos casos de corrupção do governo Lula manifesta, de forma explícita, o seu ponto de vista. Observa-se, portanto, um forte conteúdo opinativo e ideológico do enunciador nessa reportagem-denúncia. Algumas palavras que remetem ao universo semântico ligado à atmosfera de denúncia podem ser visualizadas na chamada de capa e na linha de apoio da reportagem, são elas: *corrupção, presos, propina, quadrilha*. A imagem publicada na capa mostra uma lâmina de motosserra com a palavra corrupção cortando a Amazônia e, ao mesmo tempo, a bandeira do Brasil. O efeito de sentido pretendido é alertar o enunciatário sobre o desmatamento da floresta, interpretado como fruto da corrupção praticada por petistas em favorecimento dos madeireiros da região.

O aspecto ideológico levantado pelo enunciador perpassa toda a reportagem e está atrelado ao discurso ambiental. As denúncias de corrupção praticadas pelo órgão ambiental servem como pano de fundo para criticar o governo Lula. O discurso político, visualizado pela declaração da ministra do meio ambiente, é o único que se contrapõe ao do enunciador. Verifica-se, portanto, que o enunciado é construído para desqualificar as instâncias governamentais (o órgão Ibama e governo federal) e, num outro extremo, superestimar a instituição Polícia Federal.

O segundo texto tem como título “*Da Floresta ao Deserto*” e linha de apoio “*Corrupção, crescimento desordenado e leis confusas: essas são as pragas que estão dizimando a selva brasileira*” e também é caracterizada por se tratar de uma reportagem-denúncia. O critério de atualidade utilizado foram os dados divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente que atestaram a segunda maior taxa de desmatamento da história da Amazônia, ocorrida entre os anos de 2003 e 2004. O enunciador responsabiliza madeireiros, empresários agrícolas, pecuaristas, fiscais corruptos do Ibama e o governo federal como culpados por transformar a Amazônia em deserto.

O enunciador assume a postura de conselheiro, ao propor alternativas que podem ser adotadas pelo governo e empresários agrícolas como forma de conciliar interesse econômico e equilíbrio ecológico. Para pautar suas argumentações, traz exemplos de países que conseguiram reverter a tendência exploratória e mostra que o Brasil pode trilhar caminho semelhante. A revista utiliza-se do discurso

ambiental para legitimar sua posição ideológica. São evidentes as críticas às instâncias oficiais, representadas pelo governo federal (Lula). A corrupção e a conivência com crimes cometidos por empresários agrícolas reforçam a idéia de permissividade e auxiliam na identificação da voz dominante do discurso.

Conclusão

A leitura das dez reportagens de capa da Revista Veja sobre a Amazônia permite tecer algumas considerações referentes ao tema. De forma geral, verificou-se que a revista tenta desmitificar a idéia concernente à associação da Amazônia a um grande depósito com recursos naturais inesgotáveis e berço da mais rica biodiversidade do mundo. Para alcançar o fim pretendido, a revista revela aspectos supostamente desconhecidos do leitor: a Amazônia como um local abandonado, marginalizado pelas instâncias oficiais, com graves problemas sociais, população miserável, local que abriga inúmeras doenças, palco de conflitos armados, dentre outros. Percebe-se, portanto, que a revista propõe uma ruptura da imagem romântica geralmente associada à Amazônia. Essa tentativa de construir um discurso mais realista (de acordo com a linha editorial da revista, evidentemente) é mais visível nas primeiras reportagens, em especial até o ano de 1991. Com relação ao discurso ambiental, constatamos que, até esse período, as reportagens apenas pressupunham essa preocupação, ao associar a idéia defendida pelos programas militares de levar o progresso para a região, o que, de acordo com Veja, poderia culminar com a destruição da floresta. Essa perspectiva pode ser verificada através de escolhas lexicais que remetem ao universo semântico da destruição, da catástrofe, além dos textos visuais e da opinião do repórter (inserida de maneira explícita na reportagem). Tais recursos discursivos são indícios embrionários do discurso ambiental da revista. Nenhuma fonte ambiental, porém, consta para confirmar ou alertar sobre esse pressuposto ecológico.

Entre os anos de 1989 e 2005, verifica-se que as reportagens adquirem um viés mais direcionado a denúncias de destruição da Floresta. A revista responsabiliza, em especial, a corrupção e a conivência política como agravantes do fato. Nessas reportagens é que aparecem, de fato, as primeiras fontes autorizadas ligadas diretamente ao meio ambiente.

As reportagens selecionadas perpassam diferentes contextos históricos: as primeiras datam da era militar (70, 71, 80); uma data do governo Sarney (1989); uma do governo Collor (1991); três são da época de Fernando Henrique Cardoso (1995, 1999, 1999', 2000) e, a mais recente, do governo Lula (2005). Em todos esses períodos, a revista teceu críticas severas às instâncias oficiais pelo descaso, abandono e, em alguns casos, cumplicidade para com a destruição da Floresta. Verificamos que as declarações das fontes oficiais relacionadas ao governo, em geral, são desautorizadas pela inserção do recurso da ironia pelo enunciador ou pela inclusão de vozes sociais que auxiliam na desqualificação dessas instâncias. Podemos observar, porém, que as críticas mais ferrenhas recaem, sobretudo, ao governo militar (ao se referir aos métodos de colonização e destruição da Amazônia, lembrados, inclusive, em matérias mais recentes) e ao governo Lula (quando a Amazônia funciona como pano de fundo para denunciar a corrupção entre membros do Partido dos Trabalhadores).

Com relação ao governo militar, as críticas podem ser mais bem compreendidas quando retrocedemos no tempo e recortamos declarações dos dirigentes militares que afirmavam que “não se importariam em pagar o preço da devastação do meio ambiente, desde que obtivesse êxito no aumento do seu Produto Interno Bruto” (DIAS, 2003, p.79). Esta afirmação explicita a forma como o governo militar pretendia conduzir os assuntos referentes ao meio ambiente no país; na verdade, tratava-se de uma política econômica pela qual o discurso sobre o “progresso” era utilizado como justificativa para devastar a Amazônia, perspectiva condenada pela revista. Podemos perceber que, mesmo sem a inserção de fontes ligadas ao meio ambiente, a revista já havia começado a delinear seu posicionamento em relação ao tema meio ambiente, mais precisamente da Amazônia.

O mesmo acontece com relação às fortes críticas atribuídas ao governo Lula, visto que a angulação da matéria adquire um viés mais de denúncia política do que propriamente ambiental. Não que não haja preocupação explícita com a devastação, mas a orientação ideológica da revista de desaprovação ao governo Lula é ressaltada em todo o enunciado quando associa, de forma direta, a destruição da floresta às práticas corruptas de membros do Partido dos Trabalhadores ligados ao órgão Ibama. O que não significa que não haja críticas às instâncias oficiais de outros períodos, mas pode-se

perceber que elas são menos violentas se comparadas às do governo militar e ao de Lula.

Em todo o período estudado, observa-se que, tanto as reportagens que fazem referência indireta quanto as que tratam de modo mais explícito o tema Amazônia, condenam as instâncias oficiais pela destruição da floresta. Os “desbravadores” que, nas reportagens da década de 70, eram convocados a habitar e “criar” a Região, tiveram sua imagem nas últimas reportagens atreladas ao desmatamento da Amazônia. Isso revela uma reorientação do discurso da Revista no que diz respeito ao tema, ora considerando determinado ator social positivo (desbravador), ora considerando-o negativamente (vilão, destruidor).

Quanto à linguagem utilizada pela revista, percebe-se que as primeiras reportagens caracterizam-se pela descrição. A riqueza de detalhes, a utilização de alguns recursos textuais como epígrafes, trechos bíblicos e a narração em primeira pessoa (utilizado, nesses casos, para conferir credibilidade) sustentam-se em técnicas usualmente classificadas como típicas do Jornalismo Literário. Nas reportagens posteriores, esses recursos são banidos, por questões inerentes ao discurso jornalístico. Como se conferiu nas reportagens seguintes, a busca pela “verdade”, recurso usual de *Veja* e prerrogativa do jornalismo, tal como afirma seu discurso corrente, é alcançada através da inserção de outros mecanismos como, por exemplo: o apoio em vozes autorizadas, que podem ocorrer através de citações científicas, de institutos reconhecidos, de organizações especializadas, dados comprobatórios de institutos de pesquisa, dentre outros, todos utilizados para revestir a reportagem de uma aparência de verdade e conferir credibilidade ao discurso. Mesmo com a utilização de tais recursos, que visam a distanciar possíveis juízos de valor subjetivos (do repórter), verificamos, nas reportagens analisadas, que é explícito o caráter opinativo do enunciador. A revista acredita que seu enunciatário necessita desses elementos para compreender o tema, mas não os utiliza apenas para uma compreensão neutra, ao contrário, ela circunscreve o assunto, moldando-o conforme sua própria orientação ideológica.

Duas características marcantes em relação ao discurso de *Veja* podem ser notadas: a construção do enunciado, geralmente, apóia-se na forma didático-explicativa, o que denota uma preocupação da revista em proporcionar para o enunciatário uma melhor compreensão,

talvez “a” melhor de todas. Para tanto, a revista recorre ao conhecimento legitimado, notabilizado através da delegação de vozes autorizadas e pautado em dados comprobatórios, para criar um efeito de sentido de verdade ao que é reportado. Nascimento (2002) deduz que explicar é próprio de quem julga deter um saber e, por isso, atribui à revista o discurso do poder e do saber.

Outra peculiaridade do discurso de Veja se refere à posição de conselheiro assumido pelo enunciatador, quando não apenas se limita a reportar ou denunciar os fatos que envolvem a Amazônia. Ele propõe alternativas e meios que visam a criar melhores condições para a sobrevivência, tanto da Floresta quanto aos habitantes da região e, em especial, sugere o desenvolvimento sustentável.

Em síntese, concluímos que o discurso ambiental de Veja começou a germinar, mesmo que de forma tímida, ainda na década de 70, mas desabrochou de fato a partir de 1989, ao publicar textos com conteúdo ambiental mais explícito. A análise das reportagens de capa permitiu identificar que o discurso ambiental de Veja é construído como instrumento para criticar as instâncias políticas nos períodos históricos analisados (em especial, o governo militar e Lula) agindo, portanto, de forma a legitimar sua orientação ideológica, configurando-se muito mais como político do que propriamente ambiental.

Referências

AMAZÔNIA LEGAL. Disponível em: <<http://www.sivam.gov.br/AMAZONIA/apres1.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

CASARA, Marques. Mineração predatória na Amazônia Brasileira. Cinco décadas de irresponsabilidade social e ambiental no estado do Amapá. *Observatório Social*, Florianópolis, maio 2003. Disponível em: <<http://www.observatoriosocial.org.br/download/mineracao.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHIAVENATO, Júlio José. *O massacre da natureza*. 14. ed. São Paulo: Moderna, 1989.

COSTA, Mariana Timóteo da. Estudo prevê destruição na Amazônia. In: *O Globo*, 19 de janeiro de 2001. Disponível em: <<http://hps.infolink.com.br/peco/cb010119.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2007.

COUTINHO, Leonardo. A mártir da Floresta. *Revista Veja*, São Paulo, Abril, 23 fev. 2005. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/230205/p_054.html>.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental – princípios e práticas*. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.

FIGUEIREDO, Paulo. A internacionalização da Amazônia. Órgãos como a Sudan e Sudene transformaram-se em negócios de políticos inescrupulosos. In: *Amazônia Vinte e Um*, a. 1, n. 1. Disponível em <<http://hps.infolink.com.br/peco/amazonia21/ama2101c.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2007.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HOMMA, Alfredo. Biopirataria na Amazônia: ainda é tempo para salvar. Texto apresentado na Audiência Pública presidida pela Deputada Federal Socorro Gomes, no dia 16 de setembro de 1997, na Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.atech.br/agenda21.as/download/amazonia2.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1988.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. *Jornalismo em revistas no Brasil: um estudo das construções discursivas em Veja e Manchete*. São Paulo: Annablume, 2002.

O “DESENVOLVIMENTO” DA AMAZÔNIA”. Disponível em: <<http://www.amazonlink.org>>.

PASSOS, Deusa Maria de Souza P. *Linguagem, política e ecologia: uma análise do discurso de partidos verdes*. São Paulo/Campinas: FFLCH-USP/Pontes, 2006.

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DA AMAZÔNIA.
Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index>>. Acesso em: 15 mar. 2007.